

## Ministério do Planejamento diz que empresa está calada

# TODOS À MOBILIZAÇÃO DA SEMANA DO TRANÇAÇO

A FUP esteve reunida, nesta quarta-feira, dia 16, com o Secretário Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento, Luiz Inácio Lucena, e com o diretor da Dest, Eduardo Scaletsky. Na reunião, a direção da Federação questionou a orientação do ministério de impor um teto de três remunerações individuais para o pagamento da PLR 2004 pela Petrobrás. O secretário Luiz Lucena disse que, de fato, há uma orientação para o estabelecimento de um teto, enviada à empresa ainda no ano passado, mas disse não poder disponibilizar o documento para os sindicalistas.

O secretário do Planejamento entendeu os argumentos apresentados pela direção da FUP. Para a surpresa dos dirigentes da Federação, o secretário do Ministério disse que, em nenhum momento, a direção da Petrobrás questionou a imposição do teto.

Em documento enviado anteriormente ao ministério e na reunião, a Federação afirmou que o teto vai contra a política de distribuição de renda, pois distribui o lucro produzido por todos os trabalhadores

privilegiando apenas os altos salários. A FUP também questionou a orientação do Planejamento que retira dos sindicatos o poder de negociação com a empresa, pois a medida determina até a forma de distribuição. A direção da FUP disse, ainda, aos representantes do governo, que esta política joga por terra todos os avanços conquistados nas negociações passadas que diminiram a diferença entre o menor e o maior valor pago aos trabalhadores.

A FUP criticou a orientação do Planejamento, até porque a empresa nunca distribuiu o montante de PLR além de 15% do valor distribuído aos acionistas, quando a resolução N° 10 da CCE estabelece que o pagamento pode ser de até 25%.

A direção da companhia tem se pronunciado em vários momentos que é contra esta orientação. Mas é estranho que até o momento não tenha se posicionado junto ao Ministério do Planejamento. Com a palavra, a direção da Companhia.

Os trabalhadores irão responder com a força da mobilização a partir do dia 21. Todos à mobilização do Traçaço de 21 a 29!

### **Petroleiros realizam Ato pela VIDA**

No dia 15, os sindicatos realizaram o Ato Nacional pela VIDA, contra a Política de (In) Segurança da Petrobrás e pelos quatro anos do acidente da P-36, em memória dos companheiros falecidos neste e nos demais acidentes fatais que continuam a acontecer na empresa. Foram realizados atos e atrasos nas unidades neste dia.

No dia do fechamento deste boletim, mais uma vítima do descaso da direção da Companhia perdeu a vida. O companheiro Edmilson Francisco da Silva, que sofreu graves queimaduras em acidente, na Replan, semana passada, faleceu na madrugada de sexta-feira, dia 19. Edmilson trabalhava na Potencial.

### **Mobilizações e semana do Trançaço**

As assembléias realizadas na semana pelos sindicatos aprovaram o calendário indicado pela FUP para a mobilização até o dia 31 de março para o pagamento da PLR. O calendário de atividades foi publicado no Primeira Mão 714 e a Federação orienta os sindicatos para realizarem o Trançaço de 21 a 24 de março e também nos dias 28 e 29, para compensar o feriado da Sexta-feira Santa, no dia 25. A FUP orienta, ainda, para que os sindicatos batam o cartão na 'hora cheia', nestes dias.

## **Petrobrás discute novo Plano da Petros à revelia da FUP**

Desde o término dos trabalhos do GTPC, formado pela Petrobrás, Petros e FUP, em março de 2004, a empresa em nenhum momento procurou a Federação para discutir a implantação de um novo plano de previdência. De lá para cá, a Petrobrás e a Petros vêm discutindo exaustivamente o Plano sem a participação da FUP, convocando, inclusive, os gerentes para conhecimento do mesmo antes de sua apresentação para o movimento sindical.

Mais recentemente, o RH da empresa vem implementando uma pesquisa junto aos empregados sobre o tema

Previdência Complementar, onde é aplicada uma metodologia para que a gerência saiba o que os trabalhadores pensam sobre o assunto e quais as suas reivindicações. A exemplo do que vem acontecendo desde o final do GTPC, a FUP não está participando desta pesquisa. Nesse sentido, é importante registrar que a pesquisa havia sido apresentada no grupo de trabalho e não houve consenso sobre sua metodologia.

A direção da FUP não concorda que um assunto importante como esse esteja sendo discutido desta forma. A pesquisa

pode ser facilmente manipulada, apontando os resultados e conclusões que o cliente deseja, no caso a Petrobrás.

A Federação, a exemplo do que aconteceu com o PPV, tomará as medidas políticas e jurídicas cabíveis, caso a Petrobrás tente implantar um novo plano, unilateralmente, sem negociar com os trabalhadores e, principalmente, sem resolver os problemas e pendências do atual Plano Petros – limite de idade, 78-79, pensionistas, trabalhadores antigos e novos excluídos, recomposição dos benefícios, déficits e saldamentos.

# Decisão do STF vai contra a defesa da Petrobrás e a soberania do país

## FUP é contra a entrega dos blocos petrolíferos brasileiros às multinacionais

Com sete votos, contrários e três favoráveis, incluindo o voto do presidente Nelson Jobim, o Supremo Tribunal Federal rejeitou a Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei do Petróleo, que questiona os leilões dos blocos petrolíferos brasileiros para empresas multinacionais de exploração. Dois ministros foram favoráveis à Adin: Carlos Ayres Britto e Marco Aurélio. O ministro Joaquim Barbosa votou favorável parcialmente. A ação foi apresentada ao STF em agosto do ano passado e seu julgamento foi por três vezes adiado. A ADIn foi apresentada pelo governador do Paraná, Roberto Requião, e teve o apoio da FUP, na condição de *amicus curiae*. A direção da Federação e sua assessoria jurídica acompanharam a sessão no Supremo.

Os ministros favoráveis à Adin afirmaram durante o julgamento que a União continua a ter o monopólio do petróleo no Brasil e, por esse motivo, a propriedade da lavra (petróleo) não pode ser transferida a empresas concessionárias, como está previsto na atual legislação do setor. O próximo leilão (a 7ª Rodada de Licitações) deve acontecer até outubro deste ano e é fundamental a mobilização da categoria e da sociedade para a construção de uma nova Lei do Petróleo que garanta a soberania do país e impeça a venda de áreas petrolíferas nacionais para a exploração de empresas estrangeiras ou multinacionais.

### FUP quer nova Lei do Petróleo

Diante da decisão do STF, a FUP considera urgente a mobilização para a realização de um plebiscito nacional que discuta o marco regulatório do setor no país e para construir nova legislação que devolva à União o controle da maioria do capital social da Petrobrás, e não apenas a maioria das ações com direito a voto (ordinárias). A Federação está organizando um seminário para a elaboração de um projeto de lei para substituir a atual Lei do Petróleo que permite os leilões. Em função da Campanha pela

PLR, o seminário deverá ser realizado na segunda quinzena de abril, e não em março como estava previsto anteriormente. A Federação está orientando os sindicatos a promoverem a discussão sobre a nova legislação e encaminharem suas propostas para a entidade.

A FUP quer, ainda, a revisão imediata dos papéis do Conselho Nacional de Política Energética e, principalmente, da ANP, com ênfase na democratização e transparência destas instituições. A mudança na inserção internacional da Petrobrás, com a realização de parcerias estratégicas, priorizando a América Latina e que aponte para a construção da Petro-América, também é uma reivindicação da FUP que deve estar inserida no debate de uma nova legislação. A Federação entende, também, ser necessária uma imediata revisão da política de preços de derivados de petróleo, assim como a distribuição de royalties para os municípios.

### Resistência contra a 7ª Rodada

Na oficina realizada pela FUP e CNQ no Fórum Social Mundial 2005, os petroleiros deram continuidade à luta contra os leilões de blocos petrolíferos desencadeada no ano passado, ampliando o debate com a sociedade e representantes do governo. Os petroleiros iniciaram em janeiro deste ano, em Porto Alegre, a campanha nacional contra a 7ª rodada de licitações. Para o próximo leilão, está prevista a alienação de blocos que contém jazidas já devolvidas à ANP. Na 7ª rodada, serão leiloados blocos em 34 setores de 15 bacias brasileiras. Além destas áreas, poderão ser leiloados outros 23 campos de exploração de petróleo e

gás natural em quatro bacias sedimentares – Recôncavo, Tucano Sul, Camamu e Sergipe-Alagoas.

Durante a 6ª Rodada, realizada pela ANP, em agosto do ano passado, foram licitados 154 dos 913 blocos ofertados em 29 setores definidos pela Agência. Foram arrecadados R\$ 665 milhões em bônus de assinatura. Dos 154 blocos concedidos, 89 estão localizados em terra, dez em águas rasas e 55 em águas profundas. Das 24 empresas habilitadas na rodada de 2004, 19 das 21 que apresentaram propostas arremataram blocos - 79% do total -, um percentual recorde entre as rodadas já realizadas. Isso demonstra o interesse das empresas no potencial de exploração brasileiro.

### Petróleo ultrapassa US\$ 56 e bate novos recordes

Enquanto o governo brasileiro aliena o patrimônio energético e petrolífero do país, os preços do barril de petróleo batem novos recordes. Na última quarta-feira, 16/3, o preço do barril no mercado internacional ultrapassou o patamar de US\$ 56. As cotações dispararam pressionadas pelo anúncio da queda maior do que a esperada nos estoques de gasolina dos EUA. A queda da gasolina nos EUA abafou os efeitos da decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) de elevar sua cota oficial de produção em 2%.

Já a Petrobras poderá alcançar novo recorde na produção de petróleo no país em abril. A informação é do presidente da empresa, José Eduardo Dutra. O pico de produção anterior havia sido alcançado em 14 de março de 2003, quando a estatal extraiu 1,640 milhão de barris de petróleo dos campos nacionais.

## Aposentados tem até 6 de junho para garantir o pagamento dos três salários

A FUP negociou a prorrogação do prazo para a assinatura do termo de compromisso dos aposentados para o recebimento dos três benefícios a título de isonomia para todos os aposentados e pensionistas do Sistema Petrobrás. O novo prazo para o acordo é 6 de junho. Dos cerca de 42 mil aposentados e pensionistas com direito a esta conquista, 3.800 ainda não assinaram o termo.